

**ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE): EVIDENCIAÇÃO DAS
AÇÕES AMBIENTAIS DAS EMPRESAS LISTADAS NA CARTEIRA ANUAL NO
PERÍODO DE 2015 E 2016**

CORPORATE SUSTAINABILITY INDEX (ISE): DISCLOSURE OF THE
ENVIRONMENTAL ACTIONS OF COMPANIES LISTED IN THE ANNUAL PORTFOLIO
IN THE PERIOD 2015 AT 2016

Juciléia Giacomin¹
Tamires Ostrzyzek²
Gabrieli Fantin Vendrame³

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo analisar quais as ações ambientais que as empresas que integram o ISE desenvolveram nos anos de 2015 e 2016. Trata-se de uma pesquisa descritiva; quanto aos procedimentos trata-se de uma pesquisa documental; e quanto a abordagem do problema, como qualitativa. Para a análise dos relatórios de sustentabilidade e de administração, utilizou-se palavras-chaves, foi considerada a adaptação realizada por Coelho (2010) composta por oito (8) categorias ambientais, que inclui os seguintes sub itens: Investimentos ambientais, Custos/Despesas ambientais, Passivos/Provisões ambientais, Práticas Contábeis de itens ambientais, Seguros ambientais, Ativos ambientais tangíveis e intangíveis. Composta por uma amostra de trinta e duas (32) empresas, foram verificados seus Relatórios de Sustentabilidade e na falta dos mesmos analisados os Relatórios de Administração. Os principais resultados obtidos na pesquisa mostram que o item mais evidenciado pelas empresas foi o de Investimentos Ambientais. O setor com maior evidenciação desta categoria foi o alimentício no ano de 2015 e o ramo de produtos e derivados de madeira em 2016.

Palavras-Chave: Índice de sustentabilidade empresarial; Responsabilidade Empresarial, meio ambiente.

Abstract: This research had as objective the results of the Environmental Investments of the companies that integrate as annual portfolios of the ISE - Corporate Sustainability Index in 2015 and 2016. Composed of a sample of thirty two companies (32), which evidenced those information in their Sustainability Reports and Annual. It is a descriptive research, in order to achieve the objectives; As regards the procedures, this is a documentary research; and how to approach the problem, the research is characterized as qualitative. Key words were used to analyze the reports, as well as the adaptation made by Coelho (2010) composed of eight (8) environmental categories, but only item 5 was used. The main results obtained in the research show that the item most evidenced by the companies was Environmental Investments. The sector with the most evidence of this category was the Food industry in the year 2015 and the branch of Products and Wood Derivatives in 2016.

Key Words: Corporate Sustainability Index; Corporate Responsibility, environment.

¹ Mestre em Controladoria e Finanças pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). juci_giacomin@yahoo.com.br

² Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Anglicana de Erechim (FAE). tamiresostrzyzek@hotmail.com

³ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Anglicana de Erechim (FAE). gabrielivendrame@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2005) com o desenvolvimento tecnológico, as atividades que dependem do uso de recursos naturais estão afetando o padrão de vida da sociedade, acarretando prejuízos à população devido aos impactos no meio ambiente. Com isso, as empresas vêm sendo cobradas pela sociedade a adotarem uma postura responsável, produzindo sem prejudicar ao meio ambiente.

Ainda de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, práticas que devem ser apresentadas a fim de diminuir ou amenizar os impactos negativos causados ao meio ambiente é o desenvolvimento de práticas ambientais e sociais junto à comunidade, melhorando a qualidade de vida. É preciso que haja crescimento econômico, mas juntamente com ele é necessário que a empresa seja socialmente responsável e respeite o meio ambiente, essa preocupação faz que a empresa crie uma melhor imagem frente a clientes, fornecedores, investidores e sociedade.

Segundo Boloneze *et. al* (2012) a Responsabilidade Social traz para a empresa uma nova visão sobre seus processos e atividades. A evolução dos produtos tem como objetivo integrar mais qualidade, serviços e valores para os clientes a fim de fideliza-los de uma forma durável e com respeito. Isso permite alimentar o posicionamento da empresa com novos critérios de diferenciação o que aumenta o valor da marca trazendo vantagem competitiva.

De acordo com Rico (2004), com o grande avanço da globalização a Responsabilidade Social vem se confirmando como uma tendência para as empresas. As organizações precisam, neste cenário, fortalecer seus laços com os fornecedores, clientes, investidores, sociedade, conhecendo e apresentando claramente aos interessados suas ações socioambientais e econômicas que a mesma vem desenvolvendo no meio em que está inserida.

Para Tomei (1984), a grande maioria das organizações apresentam estas informações operacionais e financeiras relacionadas ao cuidado com o meio ambiente e o bem-estar da sociedade ao final de cada exercício social, visando informar de forma transparente para toda a sociedade sua inserção no contexto das relações sustentáveis, de responsabilidade social e ambiental e de responsabilidade pública. Essas informações são divulgadas através da publicação do Balanço Social, porém a sua não obrigatoriedade faz com que as empresas gerem essas informações, em alguns momentos, apenas para benefício das mesmas.

Sendo assim, busca-se analisar os Relatórios de Sustentabilidade das empresas listadas na carteira anual do ISE e na falta dos mesmos verificado os Relatórios da Administração, a fim de identificar quais as ações em prol do meio ambiente e da comunidade essas empresas realizaram nos últimos dois anos e quais foram os investimentos, despesas ambientais, decorrentes dessas ações. Neste contexto, surge a seguinte pergunta: Quais foram os Investimentos e Despesas Ambientais que as empresas que integram o ISE desenvolveram nos anos de 2015 e 2016?

Desta forma, o presente trabalho tem por finalidade apresentar as ações ambientais que constam nos Relatórios de Sustentabilidade e na falta dos mesmos verificados os Relatórios da Administração das entidades listadas no ISE, disponíveis nos sites das empresas e na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Tendo por objetivo evidenciar as ações e os projetos ambientais, contidos nestes relatórios desenvolvidos pelas entidades estudadas nos anos de 2015 e 2016, para sanar os impactos causados por suas atividades, identificando as ações e projetos praticados pela

entidade referente à sua responsabilidade ambiental, verificando o comprometimento da empresa com as questões ambientais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta etapa da pesquisa, abordam-se os temas: Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Empresarial, Contabilidade Ambiental, Investimentos Ambientais, Evidenciação/Disclosure, Relatórios de Sustentabilidade e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

2.1 SUSTENTABILIDADE

Segundo Jacobi (2003), as questões relacionadas a preservação do meio ambiente vêm tendo maior enfoque nos últimos anos, fazendo com que a sociedade esteja mobilizada, motivada e preocupada com os valores éticos, buscando desta forma auxiliar na adoção de práticas favoráveis ao meio ambiente. Sendo capazes de questionar a falta de iniciativa de algumas entidades na implantação de políticas socioambientais e a promoção da inclusão social.

Para Carvalho (2008), o desenvolvimento sustentável está associado à preservação e reciclagem, as empresas buscam eliminar ou minimizar os efeitos negativos que geram ao meio ambiente e também reduzir os dejetos produzidos, bem como a emissão de poluentes. A reciclagem faz com que possam aumentar a vida útil dos produtos.

Para que a empresa seja sustentável, a mesma precisa incluir em seus objetivos a preocupação com os stakeholders, preservação, recuperação e proteção do meio ambiente e com sua própria imagem perante o mercado. Os benefícios econômicos advindos das ações sustentáveis geram resultados a longo prazo. Todos os níveis hierárquicos da empresa devem estar engajados no processo de geração de valor através da sustentabilidade.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESARIAL

O Inmetro (2017) define a Responsabilidade Social de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, isto através do comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive à saúde e bem-estar da sociedade em geral. Este comportamento deve ser norteado não apenas pela legislação aplicável e normas internacionais vigentes, mas também por uma visão contemporânea de preocupação com um amanhã melhor para todos.

Segundo Ferreira *et al.* (2005), Responsabilidade Social Empresarial pode ser entendida como o comprometimento e o compromisso que uma empresa assume em relação à sociedade, a partir de todas as ações que a mesma desenvolve e que afetam ao indivíduos e organizações, bem como a prestação de contas. Uma postura ética da organização que envolve de forma ampla o crescimento econômico com sustentabilidade, são componentes básicos da estratégia de uma empresa socialmente responsável.

De acordo com Borger (2013), a Responsabilidade Social Empresarial busca integrar a sociedade para com a empresa, apresentando uma conduta ética de políticas e projetos

estratégicos para o bem comum. Este assunto vem crescendo no decorrer dos anos, tanto no meio empresarial quanto acadêmico, as empresas estão cada vez mais preocupadas com a valorização de seus colaboradores, boa relação com clientes, fornecedores e acionistas, apoiando programas e seguindo a legislação pertinente à preservação ambiental, criando dessa forma uma vantagem competitiva perante o mercado.

2.2.1 Contabilidade Ambiental

De acordo com Reis (2007), cada vez mais as organizações vêm se preocupando com questões ambientais, seja por pressão de clientes, fornecedores, comunidade, seja por iniciativa própria. Investimentos em ações socioambientais, programas de redução, reciclagem e reutilização, marketing verde, são algumas das ações que as empresas vêm realizando e se beneficiando de muitas oportunidades competitivas oferecidas pela questão ambiental.

Segundo Ribeiro (2005, p. 45) o objetivo da Contabilidade Ambiental pode ser definido como:

A identificação, a mensuração, o esclarecimento dos eventos e as transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

Segundo Santos *et al.*(2001), a adesão de uma Contabilidade Ambiental nas organizações vem contribuindo para o desenvolvimento e eficiência econômica, porém é preciso envolvimento de toda equipe da entidade. As organizações estão estimulando cada vez mais processos que enfraqueçam os impactos socioambientais originados pelos seus processos produtivos. Através destas demonstrações a imagem da empresa será valorizada diante de seus usuários internos e externos proporcionando um maior faturamento, sendo um atrativo para novos investidores.

De acordo com Auler (2002) os Investimentos Ambientais referem-se aos valores destinados a reflorestamentos ou aquisição de florestas, projetos de educação ambiental e ações de conservação que tenham como objetivo a recuperação e preservação do meio ambiente.

Vellani e Nakao (2009) definem investimentos ambientais como todos os gastos incorridos para que a empresa faça a aquisição de ativos que tenham relação com a preservação, controle e recuperação do meio ambiente, visando benefícios futuros. A função desses ativos (vida curta e vida longa) deve ser exclusivamente preservar, controlar, e recuperar o meio ambiente.

Para que haja uma possível mensuração destes investimentos é necessário que a empresa possua uma gestão econômica eficiente, transparente e eficaz na apresentação de suas informações monetárias.

2.3 EVIDENCIAÇÃO / DISCLOSURE

Zambelli (2012), afirma que diante do cenário atual onde cada vez mais as questões ambientais são discutidas, as entidades buscam através da evidenciação apresentar suas ações

ambientais, divulgando seus Gastos e Investimentos durante o período como um diferencial competitivo e uma forma de criar uma boa imagem da empresa perante o mercado.

Para Tinoco e Kraemer (2004) o objetivo da Evidenciação Contábil é a divulgação das informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais.

Segundo Tomei (1984) a evolução da conscientização ambiental por parte das empresas e o interesse dos *stakeholders* pela evidenciação faz com que muitas empresas, mesmo que não sejam obrigadas por leis e regulamentos a fazerem a divulgação dessas informações, venham por meio destas demonstrar suas ações socioambientais positivas a fim de atrair novos investimentos, conquistar ou fidelizar clientes.

De acordo com Rover *et al.* (2008) a não obrigatoriedade da divulgação das informações ambientais faz que muitas empresas acabem evidenciando suas ações, gastos e investimentos apenas em momentos favoráveis para as mesmas. Caso a empresa tenha causado danos ao meio ambiente e isso gerado multas ou indenizações a serem pagas, não há interesse na divulgação, pois isso pode prejudicar a imagem da entidade.

Para Santos *et al.* (2001), a Contabilidade Ambiental tem papel fundamental no fornecimento de informações fidedignas dos eventos econômicos e financeiros que ocorrem nas empresas envolvendo o meio ambiente mensurando-os de forma a permitir que os usuários da Contabilidade possam se basear nestes dados para tomadas de decisões e avaliação do patrimônio da entidade.

Alguns dos motivos pelos quais as empresas que não são obrigadas a divulgarem as informações ambientais não o fazem, são os custos decorrentes da evidenciação, como custos de coleta de dados, mensuração, publicação, verificação e divulgação de informações que muitas vezes são privadas aos seus concorrentes, mostrando-se uma desvantagem competitiva.

2.3.1 Relatórios de Sustentabilidade

Para Jacobi (2003), a preocupação com o meio ambiente tem levado os gestores e a sociedade a mudarem seu comportamento perante a forma como tem tratado das questões ambientais. A globalização tanto como o processo econômico associado a mesma, faz com que as empresas assumam responsabilidades em relação ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade. Não visando obter apenas lucros, muitas empresas estão adotando sistemas de controle e proteção ambiental e buscam demonstrar as ações realizadas.

Segundo o GRI (2015), os Relatórios de Sustentabilidade podem ser divulgados por qualquer empresa independente de seu porte, setor ou localização. Porém devem seguir diretrizes compostas por princípios e orientações, que informam o conteúdo principal para a sua elaboração, além dos próprios temas que devem ser abordados pela empresa em seu relatório. O GRI foi o responsável pelo desenvolvimento dos princípios para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade. Os princípios foram divididos de acordo com as funções que desempenham: a de definir o conteúdo ou a de assegurar a sua qualidade. Para atingir um relatório consistente o mesmo deverá ser elaborado de forma que os princípios estejam integrados.

Ainda segundo o GRI, desenvolver Relatórios de Sustentabilidade é um processo que envolve identificação, mensuração e divulgação do desempenho sustentável. Estes permitem que as empresas desenvolvam estratégias de gestão, baseadas em informações referentes aos

impactos positivos e negativos da sustentabilidade, buscar um melhor diálogo entre os acionistas, ajudar a mudar a mentalidade mostrando que não somente o âmbito financeiro é o importante, mas também o econômico, o social e o ambiental.

2.4 GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

A Global Reporting Initiative – GRI foi fundado em 1997, sendo uma organização sem fins lucrativos cuja a missão é elaborar e disseminar diretrizes para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, aplicáveis globalmente e voluntariamente pelas organizações, abrangendo informações econômicas, ambientais e sociais dos produtos, serviços e atividades da organização.

Segundo Ribeiro (2005) as diretrizes foram publicadas com o objetivo de propiciar direcionamento para que os relatórios: apresentem uma visão clara do impacto ecológico e humano da empresa, proporcionem aos stakeholders informações confiáveis e relevantes, apoio a avaliação e melhoria de seu desempenho e progresso, apresentem formato compreensível, complementem outras formas de comunicação incluindo as de natureza financeira, ilustrem a relação entre o econômico, ambiental e social, respeitar e aplicar os critérios externos já estabelecidos afim de garantir transparência e credibilidade.

As empresas independentemente de serem de grande ou pequeno porte, um órgão governamental ou não governamental, geram impactos negativos que em curto prazo não são perceptíveis, porém a longo prazo poderão atingir seus colaboradores, clientes e o meio em que está inserida. Segundo GRI (2012, p.19)

A Estrutura de Relatórios da GRI foi criada para proporcionar uma “linguagem comum” que pudesse ser aplicada por todos os tipos de organizações e foi preparada usando como referência um grande número de acordos e normas internacionais. A Estrutura da GRI coloca as organizações em um mesmo nível, o que ajuda a discutir e comparar seu desempenho de sustentabilidade.

Para melhorar a credibilidade dos Relatórios de Sustentabilidade, a GRI considera algumas características qualitativas, tais como, relevância, veracidade, clareza, comparabilidade, periodicidade e verificabilidade. Possibilitando que as informações publicadas nos relatórios sejam úteis para as partes interessadas.

2.5 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

O ISE – índice de Sustentabilidade Empresarial é uma iniciativa da B3 que conta com a parceria do *International Finance Corporation* (IFC). Conforme a B3 (2017) o ISE é uma ferramenta que foi criada a fim de realizar uma análise comparativa entre as empresas listadas na B3 referente a sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

Segundo Beuren et al. (2010, p. 57) o ISE possui o objetivo de propiciar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável e estimular a responsabilidade corporativa, equilíbrio ambiental e justiça social. Desta forma, as empresas

que se encontram listadas nesse índice apresentem maior esforço para diminuir os riscos ambientais e a degradação ao meio ambiente.

Para Luz *et al.* (2008) o ISE serve como referencial para investimentos socialmente responsáveis. Sendo um indutor de boas práticas e incentivador da realização de novas ações a cada ano. O índice é composto de ações de empresas com reconhecido comprometimento com a Responsabilidade Social e a Sustentabilidade Empresarial. O ISE estimula as empresas participantes da carteira à transparência e ao desempenho de práticas socioambientais. Um dos principais reflexos da adoção do ISE nas organizações é a criação de valores tangíveis e intangíveis para o *stakeholders* e toda a sociedade, criando desta forma uma vantagem competitiva para a empresa.

2.6 PESQUISAS ANTERIORES

Neste item do trabalho, apresentam-se as pesquisas realizadas anteriormente a nível nacional que abordaram as empresas listadas nas carteiras do ISE, abrangendo o período de 2008 a 2014, elencando os autores, ano de publicação, objetivo e resultados das respectivas pesquisas.

Quadro 1 – Pesquisas anteriores

Autor (es)	Ano	Objetivo	Resultados
Gallon e Ensslin	2007	Verificar a evidenciação dos elementos – relacionamento com empregados e fornecedores, com a comunidade, governança corporativa e impactos ambientais – nos Relatórios da Administração, do período de 2000 a 2006, das 34 empresas que compõem a carteira teórica anual de dez./2006 a nov./2007 do ISE.	Conclui-se que a maior evidenciação é declarativa, seguida da quantitativa não monetária; e que há um equilíbrio entre a evidenciação dos elementos relacionados à sustentabilidade empresarial, sendo os elementos empregados e fornecedores foi o mais evidenciado, e que governança corporativa teve menor evidenciação.
Figueiredo e Abreu	2009	Avaliar como os estudantes de graduação do último ano dos cursos de administração e publicidade e propaganda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, reagem à participação das empresas no ISE e quais são os reflexos para a imagem da organização, segundo a visão do estudante consumidor.	Conclui-se que existe um <i>gap</i> entre o desempenho das empresas presentes na carteira do ISE, e o conhecimento deste indicador por parte do público pesquisado. É necessária a divulgação da participação no ISE, para que ocorram ganhos de imagem e que os resultados socioambientais possam ser concomitantes com resultados financeiros

Beuren, Santos e Gubiani	2010	Identificar as informações ambientais que estão sendo evidenciadas nos relatórios da administração pelas empresas do setor elétrico, listadas no ISE, amostra de 11 empresas do setor elétrico foi extraída da população de 30 empresas de capital aberto.	Conclui-se com os achados da pesquisa que a maior parte das informações divulgadas busca atribuir imagem positiva às empresas, demonstrando assim a necessidade de normatização da evidenciação das informações ambientais.
Figueredo, Abreu e Las Casas	2010	A proposta do artigo destina-se a avaliar como os consumidores reagem à participação das empresas no ISE, quais são os reflexos para a imagem da organização, segundo a visão do consumidor, e qual o papel do marketing ambiental neste contexto.	A investigação conclui que existe um gap entre o desempenho das empresas avaliado para a composição da carteira do ISE, e as informações divulgadas. É necessária, e bem aceita, a utilização do marketing ambiental, além da divulgação da participação no ISE para que ocorram ganhos de imagem e que os resultados socioambientais possam ser concomitantes com resultados financeiros.
Costa, Gallon e Torres	2011	Analisar o conteúdo da divulgação de informações das dimensões da sustentabilidade empresarial – econômica, social e ambiental – nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental.	Os resultados apontam a preponderância da dimensão social, especialmente social externa e do tipo de disclosure quantitativo não-monetário, e sugerem a natureza da atividade e a composição do capital como fatores condicionante da extensão da evidenciação nos RS das empresas pesquisadas
Menezes, Arruda, Cabral, Santos e Silva	2013	Analisar o processo de evidenciação de passivos ambientais de empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. A pesquisa justifica-se por gerar contribuições às áreas da contabilidade ambiental e por demonstrar se as organizações listadas nesse índice estão evidenciando adequadamente os seus passivos ambientais.	Os resultados identificaram as Notas Explicativas como o instrumento de evidenciação predominante de passivos ambientais no que diz respeito a informações sobre provisões ambientais. E pode-se identificar que os setores financeiros são menos transparentes em suas informações. Bem como setores de água e saneamento; consumo não cíclico; materiais básicos e utilidade pública estão entre os mais transparentes.

Favaro e Rover	2014	Verificar quais os indicadores econômico-financeiros das empresas que estão associados à sua entrada no ISE. Dentre os indicadores analisados: Ativo, Receita, Lucro, Rentabilidade do Ativo, Endividamento, Capital de Terceiros, Valor de Mercado, Preço da Ação e Emissão de ADR, entre o período de 2005 a 2012, das 200 empresas mais líquidas listadas na BOVESPA.	Concluiu-se neste estudo que há quatro indicadores associados à entrada das empresas no ISE, são eles: Ativo, Valor de Mercado, Receita e Lucro. Assim, percebe-se que o Tamanho da empresa é uma característica determinante para que ela faça parte da carteira do ISE.
----------------	------	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Com base nas pesquisas realizadas entre os anos de 2008 a 2014, nota-se que os autores buscam analisar vários temas relacionados as empresas listadas nas carteiras anuais do ISE, como estudantes, consumidores, indicadores econômico-financeiro, Passivos Ambientais, informações ambientais evidenciadas nos relatórios. Beuren, Santos e Gubiani (2010), buscaram identificar quais as informações ambientais foram evidenciadas por 11 empresas do setor elétricos listadas no ISE, no qual concluíram que as informações divulgadas buscavam atribuir apenas imagem positiva às empresas, mostrando dessa forma a necessidade de padronização da evidenciação das informações.

3 METODOLOGIA

O objetivo da presente pesquisa é analisar quais as ações ambientais que as empresas que integram o ISE desenvolveram nos anos de 2015 e 2016 e quais foram os investimentos, custos e despesas ambientais, evidenciados decorrentes dessas ações. É definida como uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (2002) as pesquisas de classificação descritivas têm por objetivo estudar as características de um grupo ou fenômeno, descrevendo-as ou estabelecendo relação entre as variáveis. No que se refere aos procedimentos, que é a maneira pela qual se conduzirá o estudo, esta trata de uma pesquisa documental.

E com relação à abordagem do problema, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois busca analisar, em termos relevantes, os Relatórios de Sustentabilidade e balanços patrimoniais das empresas listadas no ISE.

A lista inicial de empresas a serem pesquisadas era composta por quarenta e uma (41) empresas do ISE, porém foram excluídas da mostra da presente pesquisa as empresas Cesp, Coelce, Gerdau, Gerdau MET, JSL, Oi, Sabesp e Vale, pois as mesmas não estiveram presentes nas carteiras anuais do ISE nos dois anos pesquisados. A exclusão destas oito (8) empresas se justifica pelo fato de não ser possível realizar a comparação das mesmas nos dois anos. Também foi retirada da pesquisa, a empresa Fleury, pois esta não divulgou no ano de 2016 seu Relatório de Administração e/ou de Sustentabilidade, impossibilitando desta forma que a empresa faça parte do estudo.

A escolha dessas empresas justifica-se pelo fato de que as mesmas estão enquadradas no ISE e são reconhecidas por clientes, colaboradores, comunidades, fornecedores e

investidores por promoverem práticas de sustentabilidade, gerando valor e bem-estar a sociedade. Sendo assim busca-se analisar quais empresas e os setores que mais investem nessas ações.

Desta forma a amostra final da pesquisa foi composta por trinta e duas (32) empresas de diversos segmentos, sendo eles: Energia, telefonia, bancário, alimentícia, saúde, logística, seguradora, rodoviário, comércio eletrônico, aviação, imobiliário, celulose, cosméticos, químico e petroquímico, serviços financeiros e produtos florestais. Empresas estas listadas no ISE, pertencentes as carteiras de 2015 e 2016.

No Quadro 2, estão listadas as empresas que fazem parte da amostra do presente estudo.

Quadro 2 – Empresas analisadas

EMPRESAS ANALISADAS			
AES ELETROPAULO	CEMIG	EMBRAER	LOJAS AMERICANAS
AES TIETÊ	CIELO	ENGIE	NATURA
B2W	COPEL	EVEN	RENNER
BANCO DO BRASIL	CPFL	FIBRIA	SANTANDER
BRADESCO	DURATEX	ITAÚ	SUL AMÉRICA
BRASKEN	ECORODOVIA	ITAÚSA	TELEFÔNICA
BRF	EDP	KLABIN	TIM
CCR	ELETROBRAS	LIGHT	WEG

Fonte: Elaborado pelas autoras segundo os dados da pesquisa (2017).

Para a análise dos relatórios foi considerada a adaptação realizada por Coelho (2010) da métrica utilizada por Rover et al. (2008), composta por 8 categorias ambientais e 40 subcategorias ambientais, cabe ressaltar que desta metodologia foi utilizada somente item 5. Informações financeiras ambientais, onde a análise de conteúdo ocorreu por palavras chave, sendo elas: Investimentos Ambientais, Custo/Despesas Ambientais, Passivos/Provisões Ambientais, Práticas Contábeis Ambientais, Seguro Ambiental, Ativos Ambientais Tangíveis e Intangíveis e Auditoria Ambiental, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Estrutura conceitual para análise das informações ambientais.

1. Políticas Ambientais	2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental
1.1 Declaração das políticas/práticas/ações atuais e futuras	2.1 ISOs 9.000 e/ou 14.000
1.2 Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	2.2 Outras certificações ambientais (RoHs; FSC; etc.)
1.3 Declarações de que a empresa está (ou não) em obediência com leis, licenças e órgãos ambientais	2.3 Auditoria ambiental
1.4 Parcerias ambientais	2.4 Gestão ambiental
1.5 Garantias ambientais	
1.6 Prêmios e participações em eventos, programas e índices ambientais	

3. Impactos dos Produtos e Processos	4. Energia
3.1 Desperdícios/Resíduos	4.1 Conservação e/ou utilização mais eficiente de energias nas operações
3.2 Processo de acondicionamento (embalagem)	4.2 Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia
3.3 Reciclagem	4.3 Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia
3.4 Desenvolvimento de produtos ecológicos	4.4 Desenvolvimento de novas fontes de energia
3.5 Impacto na área de terra utilizada	
3.6 Odor	
3.7 Uso eficiente / Reutilização da água	
3.8 Vazamentos / Derramamentos	
3.9 Aumento / Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) / Emissões atmosféricas	
3.10 Reparos aos danos ambientais	
5. Informações Financeiras Ambientais	6. Educação, Treinamento e Pesquisa
5.1 Investimentos ambientais	6.1 Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)
5.2 Custos/Despesas ambientais	6.2 Pesquisas relacionadas ao meio ambiente
5.3 Passivos/Provisões ambientais	
5.4 Práticas contábeis de itens ambientais	
5.5 Seguro ambiental	
5.6 Ativos ambientais tangíveis e intangíveis	
7 Mercado de Créditos de Carbono	8 Outras Informações Ambientais
7.1 Projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL)	8.1 Menção sobre sustentabilidade ou Desenvolvimento sustentável
7.2 Créditos de carbono	8.2 Gerenciamento de florestas/reflorestamento
7.3 Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	8.3 Conservação e recuperação da biodiversidade
	8.4 Processos legais de natureza ambiental
	8.5 Menção ou divulgação de demonstrações e/ou relatórios ambientais complementares (balanço social; relatório de sustentabilidade; etc).

Fonte: Coelho (2010, p. 87-89).

Após a análise do conteúdo os dados foram tabulados em planilha eletrônica para análise descritiva dos valores encontrados.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Neste capítulo são apresentadas as análises das empresas que fizeram parte das carteiras anuais do ISE nos anos de 2015 e 2016. Esta verificação é feita por meio do item 5 das categorias e subcategorias de Coelho (2010) intitulado como Informações Financeiras Ambientais que engloba em suas subcategorias: Investimentos Ambientais, Custos/Despesas Ambientais, Passivo Ambiental, Práticas Contábeis Ambientais, Seguro Ambiental e Ativos Ambientais Tangíveis e Intangíveis, além destas foram utilizadas as seguintes palavras chaves: Auditoria, Ambiente, Ambientais e Ambiental.

No presente estudo foram analisados somente Relatórios de Sustentabilidade e Administração (quando na falta dos Relatórios de Sustentabilidade), entretanto as empresas

podem divulgar as ações ambientais em outros meios. Desta forma o fato de uma empresa não ter divulgado as ações ambientais em seus relatórios, não significa que ela não divulgou ou não tenha ações sociais.

4.1 EVIDENCIAÇÃO E ANÁLISE DAS CATEGORIAS PESQUISADAS

Das categorias analisadas nos anos de 2015 e 2016 verifica-se que as empresas que compõe a amostra do estudo evidenciaram oitenta e duas(82) ações relacionadas ao meio ambiente, sendo trinta e nove(39) em 2015 e quarenta (40) em 2016. Comparando as ações em cada categoria destaca-se a de Investimentos Ambientais, onde representa um percentual de 58,97% em 2015 e 57,50% em 2016. Na sequência tem-se os Custos/Despesas Ambientais que foram evidenciadas vinte e seis (26) vezes entre os 2 anos, apresentando um percentual de 30,77% em 2015 e 30,00% em 2016.

4.2 INVESTIMENTOS AMBIENTAIS

Os Investimentos Ambientais incluem todos os recursos gastos pela empresa em prol da preservação, recuperação e proteção do meio ambiente. Podendo ser projetos sustentáveis, ações de reflorestamento, proteção ambiental, projetos de reciclagem, licenças ambientais, gerenciamento de resíduos, entre outros.

Segundo Ottet *al* (2009, p. 6),

O reflexo dos investimentos ambientais e sociais é percebido pelo aumento no desempenho econômico das empresas, visto que o mercado pressiona as empresas a adotarem posturas que minimizem os impactos negativos de seus processos produtivos ao meio ambiente, com práticas empresariais socialmente responsáveis.

Na Tabela 1, tem-se a evidenciação dos valores monetários relacionados a Investimentos Ambientais de cada setor no ano de 2015 e 2016 conforme divulgado nos relatórios.

Tabela 1 - Valores evidenciados de Investimentos Ambientais por setor – 2015 e 2016

VALORES EVIDENCIADOS DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS POR SETOR – 2015 E 2016		
SETOR	VALOR INVESTIDO 2015	VALOR INVESTIDO 2016
Alimentício	R\$ 324.660.000,00	R\$ 365.590.000,00
Bancário	R\$ 65.828.442,36	R\$55.033.797,16
Construção e Incorporação de Loteamentos	R\$ 16.682.696,53	R\$ 18.869.579,86
Energia	R\$ 295.259.795,73	R\$ 274.404.711,27
Papel e Celulose	R\$ 97.000.000,00	R\$ 136.000.000,00
Perfumaria	R\$ 194.582,00	R\$ 246.244,00
Produção De aeronaves	R\$ 19.385,00	R\$ 0,00

Produtos e Derivados de Madeira	R\$ 32.376.911,50	R\$ 572.701.273,44
Químico e Petroquímico	R\$ 9.319.570,00	R\$ 36.400.000,00
Rodoviário	R\$ 4.851.751,58	R\$ 3.164.719,19
Telecomunicações	R\$ 13.989.006,00	R\$ 153.620,00
Varejo	R\$ 652.338,00	R\$ 1.400.000,00
TOTAL INVESTIDO	R\$ 860.834.478,70	R\$ 1.463.963.944,92

Fonte: Elaborado pelas autoras segundo os dados da pesquisa (2017)

Nota-se que de um ano para outro não houve mudança no número de empresas que divulgaram valores referentes a Investimentos Ambientais. Nos dois (2) anos pesquisados apenas vinte e três (23) organizações evidenciaram, porém, não sendo as mesmas em cada ano.

O total em investimentos ambientais no ano de 2015 foi de R\$ 860.834.478,70, composto por vinte e três (23) empresas de doze (12) ramos. O ramo Alimentício, composto por apenas uma (1) empresa, apresenta o maior valor investido, R\$ 324.660.000,00. No ano de 2016 o valor total investido pelos setores foi de R\$ 1.463.963.944,92 apresentando um aumento significativo de 70,06% em relação ao ano de 2015 o que equivale a um valor monetário de R\$ 603.129.466,22. O ramo de Produtos e Derivados de Madeira foi o que apresentou o maior investimento em 2016, no ano anterior o mesmo aparecia em quinto lugar.

4.3 CUSTOS/DESPESAS AMBIENTAIS

Pode-se entender como Custos/Despesas Ambientais decorrente a gastos relacionados ao meio ambiente como recuperação de áreas degradadas, descontaminação de afluentes, reflorestamentos, multas e indenizações ambientais, despesas para instalar tecnologias mais limpas, entre outros.

Para Carvalho *et al* (2000 apud Callado), pode-se considerar que Custos Ambientais compreendem todos aqueles gastos relacionados direta ou indiretamente com a proteção do meio ambiente e que serão ativados em função de sua vida útil, ou seja: Amortização, exaustão e depreciação; Aquisição de insumos para controle, redução ou eliminação de poluentes; Tratamento de resíduos de produtos; Disposição dos resíduos poluentes; Tratamento de recuperação e restauração de áreas contaminadas; Mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

Na Tabela 2, tem-se a evidenciação dos valores monetários relacionados a Custos/Despesas Ambientais de cada setor no ano de 2015 e 2016.

Tabela 2 - Valores evidenciados de Custos/Despesas Ambientais por setor – 2015

VALORES EVIDENCIADOS DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS POR SETOR – 2015 E 2016		
SETOR	VALOR INVESTIDO 2015	VALOR INVESTIDO 2016
Alimentício	R\$ 0,00	R\$ 286.090.000,00
Bancário	R\$ 930.244,41	R\$ 3.755.156,00
Construção e Incorporação de Loteamentos	R\$ 83.997,00	R\$ 0,00

Energia	R\$ 151.567.921,97	R\$ 67.044.433,37
Produtos e Derivados de Madeira	R\$ 95.152.012,46	R\$ 12.277.040,33
Químico e Petroquímico	R\$ 159.800.000,00	R\$166.000.000,00
Rodoviário	R\$ 6.075.994,34	R\$ 10.474.078,01
Telecomunicações	R\$ 499.600,00	R\$ 65.947.060,00
TOTAL INVESTIDO	R\$414.109.770,18	R\$611.587.767,71

Fonte: Elaborado pelas autoras segundo os dados da pesquisa (2017)

Foi analisado que de um ano para outro não houve mudança no número de empresas que divulgaram valores referentes a Custos/Despesas Ambientais. Nos dois (2) anos pesquisados apenas doze (12) organizações evidenciaram, porém, não sendo as mesmas em cada ano.

No ano de 2015 o setor que mais evidenciou valores referentes a Custos/Despesas Ambientais foi o Químico e Petroquímico no qual apresenta-se apenas a empresa Brasken que realizou gastos com esta categoria no valor de R\$ 159.800.000,00. No ano de 2016 o valor total evidenciado referente a Custos/Despesas Ambientais pelos setores foi de R\$ 611.587.767,71 apresentando um aumento de 47,68% em relação ao ano de 2015 o que equivale a um valor monetário de R\$ 197.477.996,91. O ramo Alimentício foi o que apresentou o maior valor de Custos/Despesas Ambientais em 2016, no ano anterior o mesmo não evidenciou valores relacionados a esta categoria.

4.4 VARIÁVEIS ANALISADAS DAS EMPRESAS PESQUISADAS

Das trinta e duas (32) empresas que compõe a amostra, vinte e três (23) apresentaram informações monetárias quanto a Investimentos Ambientais nos anos de 2015 e 2016, representando um percentual de 71,87% do total estudado. Custos/Despesas Ambientais foram evidenciados por 13 empresas nos dois anos, o que equivale a 40,62%. Nos itens abaixo apresenta-se o valor e percentual que cada empresa evidenciou quanto as duas categorias citadas, e quanto isso representa perante seu Ativo Total e Patrimônio Líquido, separando-as também por ramo e Nível de Governança.

4.4.1 Ativo Total

Para MARION (2009, p. 57) o Ativo é “o conjunto de bens e direitos controlado pela empresa. São itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganho para a empresa. Já Iudícibus *et al.* (2010, p. 18) nos dá uma explicação mais detalhada quanto ao ativo, descrevendo que:

“O Ativo compreende, de forma muito simplificada, os bens e direitos da entidade expressos em moeda; Caixa, Bancos (ambos constituem disponibilidades financeiras imediatas), Imóveis, Veículos, Equipamentos, Mercadorias, Contas a receber de Clientes são alguns dos bens e direitos que uma empresa normalmente possui”.

Na Tabela 3 estão dispostos os valores totais dos Ativos Totais e Investimentos de cada setor, juntamente com o percentual que esses investimentos representam referente ao Ativo Total.

Tabela3- Análise do Percentual de Investimentos por Setor – 2015

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS POR SETOR – 2015					
RAMO	ATIVO TOTAL		INVESTIMENTO TOTAL		PERCENTUAL
Alimentício	R\$	40.388.014,00	R\$	324.660.000,00	803,85%
Papel e Celulose	R\$	26.268.180,00	R\$	97.000.000,00	369,27%
Construção e Incorp. De Lot.	R\$	5.136.789,00	R\$	16.682.696,53	324,77%
Energia	R\$	284.939.298,00	R\$	295.259.795,73	103,62%
Prod. e Derivados de Madeira	R\$	38.440.037,00	R\$	32.376.911,50	84,23%
Rodoviário	R\$	29.544.477,00	R\$	4.851.751,58	16,42%
Químico e Petroquímico	R\$	60.626.900,00	R\$	9.319.570,00	15,37%
Telecomunicações	R\$	137.241.452,00	R\$	13.989.006,00	10,19%
Bancário	R\$	2.045.514.347,00	R\$	65.828.442,36	3,22%
Perfumaria	R\$	9.395.000,00	R\$	194.582,00	2,07%
Varejo	R\$	36.306.576,00	R\$	652.338,00	1,80%
Produção de Aeronaves	R\$	45.566.910,00	R\$	19.385,00	0,04%
Previdência e Seguro	R\$	20.042.735,00	R\$	-	0,00%
Serv. Financeiros	R\$	29.977.801,00	R\$	-	0,00%

Fonte: Elaborado pelas autoras segundo os dados da pesquisa (2017)

Na Tabela 3, foi realizado o somatório dos Ativos Totais de todas as empresas de cada setor, bem como dos valores dos Investimentos Ambientais e apresenta-se o percentual que este representa. Nota-se que segundo os dados do estudo o setor que mais investiu proporcionalmente ao seu Ativo Total foi o Alimentício, representando um percentual de 803,85% de investimentos

Na Tabela 4 estão dispostos os valores totais dos Ativos Totais e Investimentos de cada setor, juntamente com o percentual que esses investimentos representando referente ao Ativo Total.

Tabela 4–Análise do Percentual de Investimentos por Setor – 2016

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS POR SETOR – 2016					
RAMO	ATIVO TOTAL		INVESTIMENTO TOTAL		PERCENTUAL
Prod. e Derivados de Madeira	R\$	43.781.124,00	R\$	572.701.273,44	1.308,10%
Alimentício	R\$	42.944.936,00	R\$	365.590.000,00	851,30%
Papel e Celulose	R\$	29.313.729,00	R\$	136.000.000,00	463,95%

Construção e Incorp. De Lot.	R\$ 5.018.723,00	R\$ 18.869.579,86	375,98%
Energia	R\$ 08.830.391,00	R\$ 274.404.711,27	88,85%
Químico e Petroquímico	R\$ 51.821.851,00	R\$ 36.400.000,00	70,24%
Rodoviário	R\$ 31.159.254,00	R\$ 3.164.719,19	10,16%
Varejo	R\$ 37.492.503,00	R\$ 1.400.000,00	3,73%
Perfumaria	R\$ 8.421.600,00	R\$ 246.244,00	2,92%
Bancário	R\$ 186.638.785,00	R\$ 55.033.797,16	2,52%
Telecomunicações	R\$ 136.721.939,00	R\$ 1.536.200,00	1,12%
Previdência e Seguro	R\$ 38.016.671,00	R\$ -	0,00%
Produção de Aeronaves	R\$ 21.808.563,00	R\$ -	0,00%
Serv. Financeiros	R\$ 30.544.070,00	R\$ -	0,00%

Fonte: Elaborado pelas autoras segundo os dados da pesquisa (2017)

Na Tabela 4, foi realizado o somatório dos Ativos Totais de todas as empresas de cada setor, bem como dos valores dos Investimentos Ambientais apresentando o percentual que este representa. Nota-se que segundo os dados do estudo o setor que mais investiu proporcionalmente ao seu Ativo Total foi o Produtos e Derivados de Madeira, representando um percentual de 1308,10% de investimentos, no ano anterior este setor se encontrava em quinto lugar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa é analisar quais as ações ambientais que as empresas que integram o ISE desenvolveram nos anos de 2015 e 2016 e quais foram os investimentos, custos e despesas ambientais, evidenciados decorrentes dessas ações. Com base na métrica utilizada por Rover *et al.* (2008) com adaptação realizada por Coelho (2010) bem como a utilização de palavras chaves.

Ao analisar o conteúdo presente nos relatórios de sustentabilidade e de administração constatou-se que o ramo que mais evidenciou Investimentos Ambientais em 2015 foi o Alimentício, apresentando um valor de R\$ 324.660.000,00 totalizando 37,71% do valor total de investimentos neste ano, em seguida tem-se o setor de Energia com um investimento de R\$ 295.259.795,73 representando um percentual de 34,30%. Já em 2016, o setor que mais investiu foi o de Produtos e Derivados de Madeira, que evidenciou um investimento de R\$ 572.701.273,44 o que equivale a 39,12% do valor total, em segundo lugar tem-se o ramo Alimentício correspondendo a 24,97% do total de investimentos, evidenciando um valor de R\$ 365.590.000,00.

Obtêm-se como resultado da pesquisa referente as informações evidenciadas que os valores evidenciados de Investimentos Ambientais nos dois anos, na maioria dos casos supera 100% do Ativo Total e Patrimônio Líquido o que representa um valor expressivo. Tem-se como exemplo, no ano de 2015 com os maiores percentuais referente ao Ativo Total as seguintes empresas: EDP (843,08%), BRF (803,85%), Klabin (369,27%), Duratex (358,81%) e Even (324,77%). Já em 2016, as empresas foram: Duratex (5.412,37%), Itaú (3.811,32%), BRF (851,30%), EDP (554,61%) e Klabin (463,95%). Quanto ao Patrimônio Líquido das empresas, os

percentuais são mais elevados ainda, os valores evidenciados de Investimentos Ambientais chegam a ultrapassar, em muitos casos, 1000%. Em 2015 as empresas que ficaram com os maiores percentuais foram: Itaú (2.350,93%), BRF (2.346,51%), EDP (2.072,64%), AES Tietê (2.039,62%) e Klabin (1.812,29%). Em 2016 foram: Itaú (38.257,41%), Duratex (11.060,97%), BRF (2.981,89%), AES Eletropaulo (2.156,11%) e Brasken (2.115,41%).

O resultado da pesquisa revela que a maioria das empresas apresentou percentuais de investimentos muito expressivos. Não cabe aqui julgar as empresas pertencentes a amostra, porém nota-se que os percentuais são bastante expressivos, o que torna difícil a justificativa e confirmação dos valores evidenciados. Uma sugestão seria a aplicação da Auditoria Ambiental pelas empresas, pois na amostra apenas duas (2) delas apresentaram a auditoria.

Não há regulamento específico quanto a obrigatoriedade de divulgação de informações de caráter ambiental, ficando a critério das empresas a divulgação ou não destas informações, fazendo assim, com que as empresas apenas se utilizem delas em momentos benéficos. Autores como, Gray e Adams (2004), Gray e Bebbington (2001) entre outros, defendem um maior grau de exigibilidade e verificação dessas informações ambientais.

Giacomin (2016) explica que existe a necessidade de maior conscientização por parte dos gestores, agindo e cobrando, visto que os mesmos fazem parte do processo e devem apresentar um posicionamento e informações para a sociedade. A regulamentação da obrigatoriedade, qualidade e quantidade das informações de cunho ambiental, juntamente com a maior conscientização da sociedade e dos gestores sobre o valor dessas informações é de suma importância para que empresas se conscientizem quanto a seu papel responsável diante do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AULER, José Renato. **Importância e aplicabilidade da contabilidade ambiental em empresas do Estado: Caso: PW BRASIL EXPORT S.A.** Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC. Colatina, 2002. Disponível em:

<www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/8/renato_auler.pdf>

Acesso em: 13 mai. 2017

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2013.

BOLONEZE, M. J. et al. **A importância da responsabilidade social nas grandes empresas do Espírito Santo: Exemplos de ações no contexto social.** FAACZ – Faculdades Integradas de Aracruz – ES, 2012. Disponível em:

<http://www.faacz.com.br/site/links/capa/artigos/pdf/ccc/ccc_a_importancia_da_responsabilidade_social_nas_grandes_empresas.pdf>. Acesso em 13 mai. 2017.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial.** Instituto Ethos, São Paulo, 2013. Disponível em: <www.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e

sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.XZKM-uhKjIU>. Acesso em: 14 mai. 2017

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS (BM&FBOVESPA). São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm>. Acesso em: 20 mai. 2017

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. **A Importância da Gestão dos Custos Ambientais**. Universidade Federal da Paraíba, 2000. Acesso em 26 Out. 2017.

CARVALHO, Gardenia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental: teoria e prática**. Curitiba. Ed. Juruá, 2008

CFA – Conselho Federal de Administração. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/acoes-cfa/artigos/usuarios/responsabilidade-social-empresarial>>. Acesso em 04 abr. 2017.

COELHO, Leandro Callegari. **Logística empresarial: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: <www.logisticadescomplicada.com/logistica-empresarial-conceitos-e-definicoes/>. Acesso em 03 Set. 2017

COSTA, C. A. G. da. **Contabilidade Ambiental: mensuração, evidenciação e transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA, Sildaléia Silva. **Seguro Ambiental: garantia de recursos para reparação de danos causados ao meio ambiente**. Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2011. TESE DE DOUTORADO http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10101/1/2011_Sildal%C3%A9iaSilvaCosta.pdf

COSTA, M. I.; GALLON, A. V.; TORRES, L. S. **Análise do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade social**. SIMPOI ANAIS, 2011. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2011/artigos/E2011_T00329_PCN60101.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

COSTA, R.S.; MARION, J.C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista de Administração e Economia**, São Paulo, v. 52, n. 43, p. 20-33, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212/36944>>. Acesso em 27 abr. 2017.

FERREIRA, R. do N. et al. **Responsabilidade Social nos negócios:** Um estudo das práticas sociais de empresas do município de São João Del-Rei. Universidade Federal de São João Del- Rei, 2005. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminários/seminário_diamantina/2006/D06A101.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2017.

FIGUEIREDO, Gabriela Negrão de; ABREU, Regilane Lacerda. **Reflexos do Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) na imagem das empresas:** segundo a visão de estudantes de graduação do último ano dos cursos de administração e publicidade e propaganda. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.fea.pucsp.br/bsta/1S2009/Regilane.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

FIGUEIREDO, G. N. de; ABREU, R. L.; LAS CASAS, A. L. **Reflexos do Índice de Sustentabilidade empresarial (ISE) na imagem das empresas:** Uma análise do consumidor e do marketing ambiental. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.thinkandlove.com.br/wp-content/uploads/2010/08/DOC7-jovempuc.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; ENSSLIN, Sandra Rolim. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade Empresarial:** análise de cluster da evidenciação das empresas que compõe o ISE. XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2007. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR680486_9113.pdf>. Acesso em 17 abr. 2017.

GIACOMIN, Juciléia. **Variáveis Determinantes do Nível de Divulgação de Informações Voluntárias Ambientais.** 122f. 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo RS, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4^a ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. **Accounting for the environmental.** 2nd ed. London: Sage, 2001.

GRAY, R.; OWEN, D.; ADAMS, C. **Accounting & accountability:** changes and challenges in corporate social and environmental reporting. Londres: Prentice Hall Europe, 1996.

GRI – Global Reporting Initiative. **Diretrizes para relato de Sustentabilidade: Manual de Implementação**. 2015. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-Two.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

GRI - Global Reporting Initiative. **Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada?**. 2012 Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-Starting-Points-2-G3.1.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2017.

GUBIANI, Clésia Ana; DOS SANTOS, Vanderlei; BEUREN, Ilse Maria. **Informações ambientais evidenciadas pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE**. SIMPOI ANAIS, 2010. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2010/artigos/E2010_T00020_PCN39244.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

INMETRO. **Responsabilidade Social**. São Paulo, 2017. Disponível em: <www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/pontos-iso.asp>. Acesso em: 28 abr. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). **Environmental management in organization: the role of management accounting**. New York, march 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; et al. **CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA**. São Paulo, Atlas, 11ª edição, 2010

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Caderno de pesquisas, n. 118, São Paulo, Mar. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008>. Acessado em: 25 abr. 2017.

LUZ, S. G.; SILVA, R. N. S.; COELHO, P.S.. **A influência da divulgação do Índice de sustentabilidade empresarial sobre preços das ações no Brasil e nos Estados Unidos: Um estudo de eventos nos anos de 2005 a 2007**. XXXII Encontro ANPAD, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A1842.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu; DE LUCA, Márcia M. Ecologia via contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília – DF, ano 23, nº 86, p. 20-29, mar. 1994.

MENEZES, B. S. de. et al. **Evidenciação de passivos ambientais**: um estudo com empresas integrantes do ISE. ENGEMA – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2013. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/316.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Manual de Educação para o consumo sustentável. Brasília, 2005. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/consumo_sustentavel.pdf>. Acesso em 27 abr. 2017.

OLIVEIRA, Otávio José de.; PINHEIRO, Camila Roberta Muniz Serra. Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas. **Revista Gestão & Produção**. São Carlos, v. 17, n. 1, p. 51-61, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n1/v17n1a05>>. Acesso em 27 abr. 2017.

REIS, Carlos Nelson dos. A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado? **Revista de Economia Contemporânea**. V. 11 n. 2. Rio de Janeiro, Mai/Ago.2017. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482007000200004>. Acesso em: 25 abr. 2017

RIBEIRO, M. De Souza. **CONTABILIDADE AMBIENTAL**, São Paulo: Saraiva, 2005

RICO, Elizabeth de Melo. **A responsabilidade social empresarial e o Estado**: uma aliança para o desenvolvimento sustentável, São Paulo, v. 18, n. 4 , Oct./Dec. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400009>. Acessado em 28 abr. 2017.

ROVER, Suliani; FAVARO, Laiz Casagrande. **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**: A Associação entre os Indicadores Econômico-financeiros e as Empresas que Compõem a Carteira. 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade, 2014. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/5CCF/47_14.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D.; VICENTE, E.F.R.. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rco/article/view/34713>. Acesso em: 14 abr. 2017

SANTOS, A. D. O.; SILVA, F. B. da.; SOUZA, S. de. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 12, nº 27, Set./Dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772001000300007> Acesso em: 24 abr. 2017.

SANTOS, Claudio Francisco dos. **A RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE SÃO DESIDÉRIO**. FASB - Faculdade São Francisco de Barreiras – BA, 2012. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigoclaudio-copiapdf.pdf>>. Acesso em: 24 abr 2017.

SANTOS, R. G. et al. **Gestão socioambiental: a contribuição da informação contábil como instrumento de mensuração no processo produtivo ambiental**. XIII SIMPEP (Simpósio de Eng. De Prod.) – Bauru – SP, 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/540.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade ambiental: a busca da eco eficiência**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16, 2000, Goiânia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; ROBLES, Léo Tadeu. **A contabilidade da gestão e sua dimensão para a transparência ambiental: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global**. RAP, Rio de Janeiro, 40 (6), p. 1077-1096, Nov./Dez. 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TOMEI, Patrícia A. Responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 24, n. 4, Oct./Dec. 1984.

VELLANI, Cassio Luiz; NAKAO, Sílvio Hiroshi. Investimentos Ambientais e Redução de Custos. **Revista de Administração da Unimep**, vol. 7, nº 2, Mai/Ago, 2009, p. 57-75. Disponível em: <<http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/viewFile/108/307>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

ZAMBELLI, Ana Paula. **Contabilidade e Questões Ambientais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Econômicas – FCE. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79365/000897799.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 mar. 2017